

Sumário

1. A Atuação do Estado no Ordenamento dos Espaços Urbanos: Experiências Comparadas do Brasil e de Portugal	1
1.1 Experiência brasileira	1
1.1.1. Tutela constitucional do meio ambiente urbano	1
1.1.2. Tutela infraconstitucional do ambiente urbano;	17
1.1.2.1. Lei nº 6.766/1979 (Parcelamento do Solo Urbano)	17
1.1.2.2. Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente); ...	19
1.1.2.3. Lei n.º 10.257/2001 (Estatuto da Cidade);	22
1.1.2.4. Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) ...	25
1.1.2.5. Lei nº 9.433/1997 (Política Nacional de Recursos Hídricos) ...	30
1.1.2.6. Lei nº 11.445/2007 (Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico)	35
1.1.2.7. Lei 12.587/2012 (Política Nacional de Mobilidade Urbana) .	39
1.1.2.7.1. Princípios norteadores da Política Nacional de Mobilidade Urbana	42
1.1.2.7.1.1. Acessibilidade Universal	42
1.1.2.7.1.2. Desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais	43
1.1.2.7.1.3. Equidade no Acesso dos Cidadãos ao Transporte Público Coletivo	44
1.1.2.7.1.4. Eficiência, Eficácia e Efetividade na Prestação dos Serviços de Transporte Urbano	44

1.1.2.7.1.5. Gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana	45
1.1.2.7.1.6. Segurança nos Deslocamentos das Pessoas	46
1.1.2.7.1.7. Justa Distribuição dos Benefícios e Ônus Decorrentes do Uso dos Diferentes Modos e Serviços.	47
1.1.2.7.1.8. Equidade no Uso do Espaço Público de Circulação, Vias e Logradouros	48
1.1.2.7.2. Diretrizes que orientam a Política Nacional de Mobilidade Urbana.....	49
1.1.2.7.3. Objetivos da Política Nacional do Mobilidade Urbana.....	51
1.1.2.7.4. A Política Tarifária no Contexto do Planejamento Urbano.....	52
1.1.2.7.5. Atribuições e Responsabilidades para o Planejamento da União, Estados e Municípios, no Contexto do Planejamento e Mobilidade Urbana.....	53
1.1.2.7.6. Diretrizes para o Planejamento e Gestão dos Sistemas de Mobilidade Urbana.....	55
1.1.2.7.7. Plano de Mobilidade Urbana.....	58
1.1.2.7.8. Instrumentos de Apoio à Mobilidade Urbana	59
1.1.2.8. Lei 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole)	60
1.2 Experiência portuguesa	65
1.2.1. Tutela constitucional do ambiente urbano.....	65
1.2.2. Tutela Infraconstitucional do Ambiente Urbano;.....	68
1.2.2.1. Lei n.º 31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo)	68
1.2.2.2. Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial).....	79

1.2.2.3. Lei nº 19/2014, de 14 de abril (Lei de Bases da Política de Ambiente)	81
1.2.2.4. Lei nº 107/2001, de 08 de setembro (Lei de Bases do Patrimônio Cultural)	84
1.2.2.5. Decreto-Lei nº 226-A/2007 de 31 de maio (Regime da Utilização dos Recursos Hídricos)	86
1.2.2.6. Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro (Regime Geral da Gestão de Resíduos)	86
1.2.2.7. Decreto-Lei nº 159/2012, de 24 de julho (Planos de Ordenamento da Orla Costeira)	88
2. Planos Urbanísticos e sua Importância na Evolução das Políticas Urbanas: Experiências Comparadas do Brasil e de Portugal	91
2.1. Experiência brasileira	91
2.1.1. Instrumentos de Gestão Territorial e Urbanística	91
2.1.2. Plano Urbanístico Nacional	92
2.1.3. Planos Urbanísticos Macrorregionais.....	93
2.1.4. Planos Estaduais de Ordenamento do Território.....	94
2.1.6. O papel dos Municípios no Ordenamento dos Espaços Urbanos....	97
2.1.7. Planos Diretores Municipais	100
2.1.8. Códigos de Posturas, Códigos de Obras e Códigos Ambientais Municipais.....	105
2.1.9. Instrumentos de Apoio, estratégicos para o planejamento urbano.....	106
2.1.9.1. Parcerias Público-Privadas.....	106
2.1.9.2. Zoneamentos dos Espaços Urbanos;	108

2.1.9.3. Licenças ambientais e urbanísticas	112
2.1.9.4. Avaliação de Impactos Ambientais.....	122
2.1.9.5. Audiências Públicas	125
2.2. Experiência portuguesa.....	128
2.2.1. Instrumentos de Gestão Territorial	128
6.2.2. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.....	133
2.2.3. Programas Setoriais	138
2.2.4. Programas Especiais de Ordenamento do Território	143
2.2.5. Programas Regionais de Ordenamento do Território	147
2.2.6. Programas Intermunicipais de Ordenamento do Território ...	151
2.2.7. Planos Municipais de Ordenamento do Território.....	156
2.2.8. Planos Diretores Municipais	160
2.2.9. Plano de Urbanização	164
2.2.10. Planos de Pormenor	166
2.2.11. Instrumentos de apoio, estratégicos para o planeamento urbano.....	168
2.2.11.1. Aspectos Ambientais dos Instrumentos de Gestão Territorial.....	168
2.2.11.2. Parcerias Público-Privadas e Urbanismo de Concertação	170
2.2.11.3. Zoneamentos dos Espaços Urbanos	178
2.2.11.4. Licenças ambientais e urbanísticas.....	180
2.2.11.6. Audiências Públicas	189
3. Instrumentos de Gestão Territorial dos Espaços Urbanos: Experiências Comparadas do Brasil e de Portugal	191

3.1. Experiência brasileira	191
3.1.1. Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo	191
3.1.2. Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios.....	194
3.1.3. Desapropriação com pagamento em títulos.....	198
3.1.4. Usucapião especial de imóvel urbano	201
3.1.5. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	204
3.1.6. Direito de superfície	210
3.1.7. Direito de preempção.....	211
3.1.8. Outorga onerosa do direito de construir.....	214
3.1.9. Operações urbanas consorciadas.....	216
3.1.10. Transferência do direito de construir.....	221
3.1.11. Estudo de Impacto de Vizinhança.....	223
3.1.12. Regularização fundiária de assentamentos urbanos	225
3.2. Experiência portuguesa	228
3.2.1. Direito de preferência.....	228
3.2.2. Demolição de edifícios	230
3.2.3. Expropriação por Utilidade Pública	235
3.2.4. Reestruturação da propriedade	242
3.2.5. Reparcelamento do solo urbano de acordo com as disposições do plano.....	244
3.2.6. Obrigação de urbanização	247
3.2.7. A Perequação e seu papel na repartição dos encargos sociais e econômicos decorrentes do planejamento urbano	247

3.2.8. Áreas para espaços verdes e de utilização coletiva, infraestruturas e equipamentos	254
3.2.9. Taxas e Cedências	255
3.2.10. Reserva de solo	259
3.2.11. Unidades de Execução.....	260
3.2.12. Urbanização contratualizada.....	262
3.2.13. Reabilitação e regeneração urbana.....	268
3.2.14. Medidas Preventivas (artigo 52º da Lei nº 31/2014, de 30 de maio).....	275
3.2.15. Redes de Acessibilidade	276
4. Revisão Crítica	281
5. Referências Bibliográficas	299